

# **ASSOCIAÇÃO DE TRABALHADORES E REFORMADOS DA PORTUGAL TELECOM**

## **REGULAMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO DO LAR**

### **CAPÍTULO I Disposições Gerais**

#### **NORMA I Âmbito de Aplicação**

A Associação de Trabalhadores e Reformados da Portugal Telecom, com sede na Rua do Almada, 157/161, na cidade do Porto, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, registada na Direcção Geral de Segurança Social no livro 2 das Associações de Solidariedade Social sob o nº. 1/83, de folhas 9 verso a folha 10.

Possui e administra o Lar e Centro Social Arcanjo Gabriel, criado nos termos do Artigo 3º. alínea a) dos estatutos, que se rege pelas normas a seguir publicadas.

#### **NORMA II Legislação Aplicável**

Esta Associação rege-se pelos Decreto-Lei nº. 119/83, de 25 de Fevereiro, Decreto-Lei nº. 133 A/97 de 30 de Maio, Despacho Normativo nº. 12/98 de 13 de Janeiro, e Portaria nº. 778/83, de 25 de Julho.

#### **NORMA III Objectivos do Regulamento**

O presente Regulamento Interno de funcionamento visa:

1. Promover o respeito pelos direitos dos associados, utentes e demais interessados;
2. Assegurar a divulgação e o cumprimento das regras de funcionamento das estruturas do Lar desta instituição e dos serviços nele prestados;
3. Promover a participação activa dos associados, dos utentes ou dos seus representantes legais ao nível da gestão das respostas sociais.

#### **NORMA IV Serviços mínimos assegurados e actividades complementares desenvolvidas**

1. O Lar assegura a prestação dos seguintes serviços:
  - 1.1 Alojamento em quarto individual ou duplo;
  - 1.2 Alimentação;
  - 1.3 Cuidados pessoais de higiene e conforto;
  - 1.4 Tratamento de roupas;

- 1.5 Assistência na doença e apoio nas actividades da vida diária;
  - 1.6 Assistência médica (medicina interna);
  - 1.7 Serviços de enfermagem de carácter geral
  - 1.8 Acompanhamento a unidades hospitalares em situação de emergência;
  - 1.9 Actividades de manutenção física e assistência social e cultural.
2. O Lar pode, ainda, colaborar com os utentes, ou com os seus representantes, sendo da responsabilidade destes os respectivos custos, na contratação de serviços e cuidados de saúde que impliquem:
- 2.1 Consultas médicas especializadas;
  - 2.2 Serviços especiais de enfermagem e respectivos materiais;
  - 2.3 Medicamentos e artigos de higiene e conforto pessoais;
  - 2.4 Requisição de ambulâncias;
  - 2.5 Aquisição, aluguer e conservação de ajudas técnicas;
  - 2.6 Fisioterapia e reabilitação.

## **CAPÍTULO II**

### **Processo de selecção e admissão de utentes**

#### **NORMA V**

##### **Condições de admissão**

1. São condições de admissão nesta estrutura terem os candidatos:
  - 1.1 A qualidade de sócios da instituição assim como os seus cônjuges;
  - 1.2 A qualidade de beneficiários da Associação de Cuidados de Saúde da Portugal Telecom ou de beneficiários de planos de saúde geridos pela mesma entidade, em regime de acolhimento temporário.
  - 1.3 Mais de 60 anos;
  - 1.4 Motivos especiais de saúde, sociais ou outros, que recomendem a sua admissão
2. Atendendo à situação de carência do candidato, a Direcção pode dispensar uma ou mais das condições acima enumeradas;
3. Sempre que possível o Lar torna-se extensivo aos ascendentes de associados e, também, à população da área onde se localiza, por solicitação das entidades administrativas locais.

#### **NORMA VI**

##### **Candidatura**

1. Para efeitos de admissão o candidato ou o seu representante, deve preencher a proposta de candidatura a apresentar à Direcção da Associação.

2. Quando se verificarem condições para a admissão do candidato devem ser apresentados mais os seguintes documentos:
  - 2.1 Bilhete de Identidade do candidato ou do seu representante
  - 2.2 Cartão de Contribuinte do candidato ou do seu representante;
  - 2.3 Cartão de Beneficiário do candidato ou do seu representante;
  - 2.4 Cartão de Utente dos serviços de saúde ou do subsistema a que pertence;
  - 2.5 Boletim de vacinas e relatório médico, quando solicitado;
  - 2.6 Comprovativo dos rendimentos pessoais do candidato e dos seus familiares quando houver que recorrer ao disposto no número 3 da norma XX;
  - 2.7 Declaração assinada pelo candidato ou pelo seu representante autorizando a informatização dos dados pessoais para efeitos de elaboração do processo do utente.
3. Em caso de admissão urgente pode ser dispensada a apresentação de candidatura e respectivos documentos devendo, todavia, ser desde logo iniciado o processo de recolha dos dados pessoais em falta.

## **NORMA VII**

### **CrITÉrios de Selecção**

A admissão dos candidatos far-se-á, em regra, pela ordem de inscrição mas, em condições especiais, têm prioridade os que se encontrem nas condições e pela ordem a seguir referida:

1. Perda ou ausência de familiares que lhe prestavam apoio na doença ou velhice;
2. Necessidade de cuidados continuados de saúde ou de apoio social após alta hospitalar;
3. Perda de independência ou de autonomia;
4. Precário estado de saúde.

## **NORMA VIII**

### **Admissão**

1. Completado o processo de candidatura é o mesmo analisado pelo Director Técnico do Lar, a quem compete elaborar parecer.
2. A admissão compete à Direcção que, ponderando a situação do candidato, as suas condições económicas e a ordem de prioridades acima referida, decide e fundamentará em acta a sua decisão.
3. Da decisão será dado conhecimento ao candidato no prazo máximo de 10 dias.

## **NORMA IX**

### **Lista de Espera**

Não sendo possível a admissão por inexistência de vaga é o candidato inscrito em lista de espera, podendo o mesmo, a todo o momento, verificar a sua posição nessa lista.

### **CAPÍTULO III**

#### **Instalações e Regras de Funcionamento**

##### **NORMA X**

##### **Instalações**

1. O Lar está situado na Rua Chão do Vale, 96 /116 – Valadares – V. N. Gaia e possui todas as dependências inerentes a este tipo de equipamento.
2. O seu funcionamento é o de 24 horas em todos os dias da semana, incluindo os feriados e dias santos.
3. Aos utentes são facultadas todas as áreas comuns como a sala de refeições, salas de estar, sala de jogos e convívio, biblioteca, ginásio, local de culto, etc., dentro dos horários estabelecidos pela Direcção;
4. São reservadas exclusivamente ao pessoal todas as áreas de serviço como a cozinha, lavandaria, economato e outras.

##### **NORMA XI**

##### **Refeições**

1. As refeições serão servidas no horário a seguir referido, o qual poderá ser alterado com aviso prévio aos utentes:
  - 1.1 P. Almoço - das 08,00 às 10,00 horas, constituído por leite, café ou chá, pão com manteiga, doce, queijo, bolos ou bolachas;
  - 1.2 Almoço - das 12,30 às 13,30 horas, composto por sopa, um prato, doce ou fruta;
  - 1.3 Lanche - das 16,00 às 17,00 horas, de composição idêntica à do primeiro almoço;
  - 1.4 Jantar - das 19,00 às 20,00 horas, composto por sopa, um prato ligeiro, doce ou fruta;
  - 1.5 Ceia - das 21,30 às 22,30 horas, para quem a desejar, constituída por leite ou chá e bolachas.
2. Se for aconselhável ao estado de saúde de qualquer um dos utentes pode o mesmo optar pela refeição de dieta avisando a cozinha com a possível antecedência.
3. Regimes especiais de alimentação são, também, acautelados, mediante prescrição médica.
4. Os mapas semanais das ementas a servir são afixados até às 12 horas do sábado anterior à semana a que digam respeito.

**NORMA XII**  
**Horários de entrada e saída de visitas**

1. As visitas a utentes dependentes são permitidas entre as 14 e as 18 horas, devendo os visitantes fazerem-se anunciar ao Director Técnico ou quem o represente no momento.
2. O horário de visitas a utentes com autonomia é fixado entre as 10 e as 12 horas e entre as 14 e as 18 horas.

**NORMA XIII**  
**Saídas de utentes e deslocações em grupo**

1. É livre a saída de utentes das instalações do Lar, desde que tenham autonomia e depois de ser dado conhecimento ao Director Técnico ou a quem o substitua;
2. Uteses com limitações ou dependência poderão sair quando acompanhados por familiares e depois de terem dado conhecimento ao Director Técnico ou a quem o substitua;
3. Uteses que se encontrem sob tratamento ou controlo clínico poderão sair com autorização do médico e nas condições por ele expressas e sempre depois de ser dado conhecimento ao Director Técnico ou a quem o substitua;
4. Passeios e outras actividades em grupo que permitam aos utentes a convivência social, contribuam para a manutenção das suas faculdades mentais e promovam o gosto pela vida são organizados sempre que a disponibilidade dos meios essenciais à realização destas actividades estejam garantidos.

**NORMA XIV**  
**Quadro de Pessoal**

O quadro de pessoal do Lar encontra-se afixado em local visível, contendo a indicação do número de recursos humanos, formação e conteúdo funcional, definido de acordo com a legislação em vigor.

**NORMA XV**  
**Direcção Técnica**

A Direcção Técnica deste Lar compete a um técnico, nos termos do Despacho Normativo nº: 12/98 de 13 de Janeiro, cujo nome, formação e conteúdo funcional se encontra afixado em lugar visível.

## **CAPÍTULO IV**

### **Direitos e Deveres**

#### **NORMA XVI**

##### **Direitos dos Utentes**

São direitos dos utentes:

1. A utilização dos serviços e equipamentos do Lar, nos termos acordados;
2. A igualdade de tratamento, independentemente da raça, religião, nacionalidade, ideologia, idade, sexo ou condição social;
3. A serem correcta e humanamente tratados, quer pelo pessoal, quer pelos outros utentes quer, ainda, por qualquer órgão administrativo;
4. A participar, sempre que possível, nas actividades sócio-culturais que sejam promovidas.

#### **NORMA XVII**

##### **Deveres dos utentes**

São deveres dos utentes:

1. Prestar todas as informações com verdade e lealdade à Instituição;
2. Pagar pontualmente o valor da comparticipação a que está obrigado;
3. Respeitar os outros utentes, as funcionárias e os dirigentes da Instituição.
4. Aceitar as regras de disciplina geral e de higiene;
5. Aceitar os tratamentos prescritos pelo médico e exames médicos periódicos;
6. Não perturbar, nem contribuir para a perturbação da disciplina e tranquilidade do Lar e dos seus utentes.

#### **NORMA XVIII**

##### **Direitos da Instituição**

A Instituição tem o direito de estabelecer as normas genéricas do seu funcionamento interno, nomeadamente quanto à sua organização, aos trabalhadores, aos utentes e às comparticipações destes nos custos dos serviços que lhes são prestados.

## **NORMA XIX**

### **Deveres da Instituição**

São deveres da Instituição:

1. A prestação de todos os cuidados adequados à satisfação das necessidades das pessoas idosas tendo em vista a manutenção da sua autonomia e independência;
2. Proporcionar uma qualidade de vida que compatibilize a vivência em comum com o respeito pela individualidade e privacidade de cada pessoa;
3. Manter nas instalações um ambiente calmo, confortável e humanizado e oferecer os serviços necessários ao bem-estar dos utentes, nomeadamente nas áreas da higiene, segurança, alimentação e cuidados de saúde, dentro das possibilidades económicas da Associação.

## **NORMA XX**

### **Comparticipações/Mensalidades**

1. As tabelas de participação ou de mensalidades dos utentes são calculadas anualmente, no mês de Dezembro, para entrarem em vigor no mês de Janeiro do ano imediato; vigorarão durante todo esse exercício, salvo se se verificar anormal acréscimo de custos ou de qualquer outro motivo que justifique a sua alteração antecipada.
2. Os utentes beneficiários da Caixa de Previdência do Pessoal dos T.L.P. beneficiam de subsídio concedido por esta entidade, sendo da responsabilidade dos mesmos o seu pedido inicial e as respectivas renovações anuais.
3. A Direcção poderá reduzir o valor, dispensar ou suspender o pagamento das participações pessoais sempre que, através de cuidada análise sócio-económica do beneficiário e dos seus familiares, se conclua pela impossibilidade do integral pagamento dos valores estabelecidos; ao decidir, a Direcção fundamentará, em acta, a decisão.

## **NORMA XXI**

### **Depósito e guarda de bens de utentes**

A Instituição pode proceder à guarda de valores a pedido dos utentes, mediante recibo, só por estes se responsabilizando.

## **NORMA XXII**

### **Interrupção da prestação de cuidados por iniciativa do utente**

A interrupção da prestação de cuidados por ausência do utente, temporária ou definitiva, motivada por internamento hospitalar, falecimento, abandono, transferência para outra instituição ou qualquer outro motivo, ainda que o mês em curso não tenha terminado, não justifica dedução na mensalidade acordada, sendo mantido, portanto, o seu pagamento integral.

### **NORMA XXIII**

#### **Contrato**

Nos termos da legislação em vigor, entre o utente ou o seu representante e a Instituição é celebrado contrato, por escrito.

### **NORMA XXIV**

#### **Livro de Reclamações**

A Instituição possui um livro de reclamações, à disposição dos utentes ou dos seus representantes; eventuais reclamações podem também ser apresentadas ao Director Técnico ou à Direcção da Associação.

### **CAPÍTULO V**

#### **Disposições Finais**

### **NORMA XXV**

#### **Integração de omissões**

Em caso de eventuais omissões as mesmas serão resolvidas pela Direcção da Associação, tendo em conta a legislação em vigor sobre a matéria.

### **NORMA XXVI**

#### **Aprovação do Regulamento**

Este Regulamento só entra em vigor depois de aprovado em Assembleia Geral da Associação de Trabalhadores e Reformados da Portugal Telecom e da sua remessa ao Centro Distrital do Instituto de Solidariedade e Segurança Social do Porto.

Este Regulamento foi aprovado em  
Assembleia Geral em 6 de Janeiro de 2006.